

VALTON DORIA PESSOA

**A INCIDÊNCIA DA
BOA-FÉ OBJETIVA E
DO *VENIRE CONTRA
FACTUM PROPRIUM*
NAS RELAÇÕES DE
TRABALHO**

2016



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 - Pituba, CEP: 41830-151 - Salvador - Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Faz: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antonio Gidi, Eduardo Viana, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Moura, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Layer Up Editorial (www.layerup.com.br)

P475 Pessoa, Valton Doria.

A incidência da boa-fé objetiva e do *venire contra factum proprium* nas relações de trabalho / Valton Doria Pessoa. – Salvador : JusPODIVM, 2016.

228 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-0475-7.

1. Processo do trabalho. 2. Boa-fé (Direito). I. Título.

CDD 344.010269

Catálogo na fonte: Ivanildes Sousa - CRB5/1477

Fechamento desta edição: 11.11.2015.

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial dessa obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	21
CAPÍTULO 1 ► INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 2 ► A COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA DA BOA-FÉ OBJETIVA	27
2.1 Boa-fé objetiva e subjetiva – necessária distinção.....	27
2.2 Aspectos Históricos da boa-fé objetiva.....	33
2.3 Boa-fé objetiva no Brasil	43
2.3.1 Boa-fé Objetiva como Cláusula Geral.....	54
2.3.2 Boa-fé Objetiva nas fases pré e pós-contratual.....	62
2.4 Funções da boa-fé objetiva.....	64
2.4.1 Interpretativa e Integrativa.....	64
2.4.2 Criadora de Deveres Anexos.....	68
2.4.3 Limitativa do Exercício de Direitos	73
CAPÍTULO 3 ► <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i>	77
3.1 Compreensão do Brocardo - delimitação	77
3.2 História do Venire	81
3.3 Fundamentos	83
3.3.1 Boa-fé objetiva (ética – lealdade).....	83
3.3.2 Confiança	85
3.3.3 Abuso de Direito.....	90
3.4 Pressupostos.....	93
3.4.1 <i>Factum Proprium</i>	94
3.4.2 Venire	96
3.4.3 Legítima Expectativa	98
3.4.4 Identidade de Sujeitos	99
3.4.5 Dano.....	103
3.5 Consequências Jurídicas.....	106
3.5.1 Negócio Jurídico – nulidade e celebração forçada.....	108
3.5.2 Limitação ao Exercício de um Direito	111

3.5.3 Restabelecimento da coerência.....	113
3.6 O <i>Venire contra factum proprium</i> e as demais figuras limitadoras do exercício de direitos.....	114
3.6.1 <i>Venire X Estoppel</i>	115
3.6.2 O <i>venire contra factum proprium</i> como exercício tardio de um direito - <i>verwirkung</i>	118
3.6.3 <i>Supressio/Surrectio</i>	122
3.6.4 <i>Tu Quoque</i> - Torpeza	127
3.6.5 Duty to mitigate the loss - Dever do credor de mitigar as próprias perdas/prejuízo	129
3.6.6 Substantial Performance - Adimplemento Substantial.....	131
3.6.7 Exceptio Doli - Exceção do dolo (Exercício Desequilibrado de Direitos)	132
3.6.8 Abuso das nulidades por motivos formais ou inalegabilidade de nulidades formais.....	133
3.6.9 Desequilíbrio do Exercício Jurídico	134

CAPÍTULO 4 ► O *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM* E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

4.1 Dos direitos fundamentais.....	138
4.1.1 Delimitação e Origem.....	139
4.1.2 Dimensões de Direitos Fundamentais	143
4.1.3 Perspectivas subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	146
4.1.4 Importância dos Direitos Fundamentais para o Estado Democrático de Direito	148
4.1.5 Direitos Fundamentais Laborais	150
4.1.5.1 Eficácia dos Direitos Fundamentais nas relações privadas.....	151
4.1.5.2 Princípio da Máxima Efetividade.....	153
4.2 Fundamento Constitucional do <i>Venire</i> – princípio fundamental da solidariedade social.....	156
4.3 Relativização dos direitos fundamentais – colisão e limites	158
4.3.1 Técnica da Ponderação de Interesses.....	162
4.3.2 Solução do Conflito - Princípio da Proporcionalidade – Núcleo Essencial.....	167

CAPÍTULO 5 ► A CASUÍSTICA DA INCIDÊNCIA DO *VENIRE* NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

5.1 Compatibilidade com os princípios trabalhistas	172
5.1.1 Compatibilidade com a CLT	175

5.1.2 O Factum Proprium Trabalhista	176
5.2 Venire contra factum proprium no contrato de trabalho	178
5.2.1 Reintegração por contradição às próprias regras do PDV – Plano de Desligamento Voluntário	184
5.2.2 Anulação de eleição sindical – Sindicato de modo incoerente proibiu trabalhadores de concorrer nas eleições.....	185
5.2.3 Dispensa abusiva após transferência do empregado	187
5.2.4 Emprego que alega estabilidade e rejeita oferta de reintegração no emprego.....	188
5.2.5 Ressarcimento à empresa de despesas efetuadas – cláusula de permanência	189
5.3 O Venire no direito coletivo.....	191
5.3.1 Importância da lealdade nas negociações coletivas	191
5.3.2 O venire e as greves.....	196
5.3.3 O venire na solução de conflitos coletivos.....	198
5.3.3.1 Recusa a negociação e o pressuposto constitucional do co- mum acordo para julgamento de Dissídio Coletivo.....	198
5.3.3.2 Demissão Coletiva – garantia frustrada – reintegração.....	199
5.3.3.3 Proibição do comportamento incoerente com as Normas Coletivas.....	202
5.3.3.3.1 Horas extras decorrentes da redução de intervalo – previsão em norma coletiva – Ação do Sindicato	202
5.3.3.3.2 Horas extras decorrentes da redução de intervalo – previsão em norma coletiva – Ação individual	207
5.3.3.3.3 <i>Cumprimento espontâneo de norma coletiva e sua posterior impugnação.....</i>	210
5.4 Venire nas fases pré e pós contratuais	213
CONCLUSÕES	217
REFERÊNCIAS	221